



Tertúlia-Debate

Administração Aberta

Implicações para a Luta contra a Corrupção

Associação dos Pupilos do Exército
15 de Março de 2019



- **Mesa 1 - Transparência / Dados Abertos**
Tiago de Melo Cartaxo - NOVA CIDADE -
Urban Analytics Lab - UNL
- **Mesa 2 – *Accountability***
Luís Viana - UniLEO
- **Mesa 3 - Participação Pública**
Filipe Montargil - ESCS / IPL
- **Mesa 4 - Inclusão Digital**
Etelberto Costa – APDSI e APG
- **Mesa 5 - Governance centrada no Cidadão**
Ana Maria Evans – Advance ISEG

Pilares do OGP

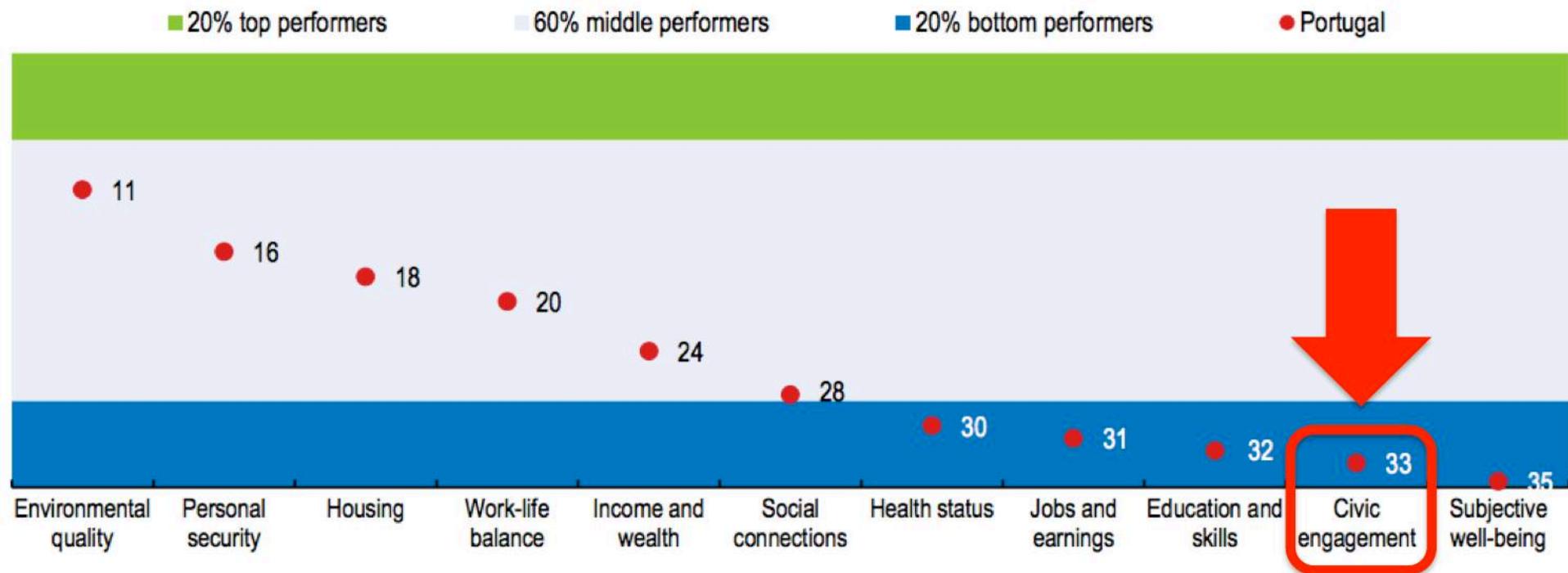
- Promover a **transparência**
- Dar **mais poder aos cidadãos**
- **Combater a corrupção**
- **Utilizar as novas tecnologias** para potenciar a relação entre Estado e Cidadão

Eixos de Acção para Portugal

- **Dados Abertos** – Dados.Gov
- **Transparência** – CADA, OPP
- **Inclusão Digital** – SIMPLEX, Espaços Cidadão, INCoDe
- **Participação Pública** – OPP, SIMPLEX e LabX

Portugal possui profundas **lacunas no envolvimento cívico**, ficando nos **últimos lugares entre os 36 países da OCDE**, de que decorre uma percepção de bem-estar bastante baixa por parte da população

A. Better Life Index
Country rankings from 1 (best) to 35 (worst), 2017



Concorrências

- Partidos
- Religiões
- Organizações de Interesses
- Ministérios
- Gerações – Novos contra velhos
- Sectores – Privado contra o Público

- “Tribos” e visões associativas
 - Económicas
 - Sociais
 - Ambientais
 - Jurídicas
 - Tecnológicas

Sectarismos
Demagogia
Fundamentalismos

Aprofundar
Alargar e ouvir o
Contraditório

Prioridades

- Promover a **Cidadania Ativa**
- **Observatório** da Cidadania
- **Calendário** da Cidadania
- Valorização do **Voluntariado**
- Estatuto de **ONGC**
- Promoção da utilização de **trabalho colaborativo** entre as associações
 - Videoconferência
 - Plataformas de trabalho em rede
- **Internacionalização**
 - Comunidades Portuguesas no mundo
 - União Europeia
 - PALOP

Clusters Interassociativos

- Mar
- Ordenamento do Território
- Administração Pública
- ...

Temas para Tertúlias / Debate

- O Futuro da Europa
- Ordenamento do Território
- Serviços Públicos
- Inclusão Social
- Segurança
- Incêndios
- Corrupção
- Empobrecimento Ativo
- Envelhecimento Ativo
- Nova Geopolítica na Era da Inteligência Artificial
- Serviço Militar e Cívico Obrigatório

Transparência / Dados Abertos

- Nos EUA, a maioria daquilo que é financiado por fundos públicos deve ser disponibilizado aos cidadãos.
- O Estado Português deveria exigir a disponibilização de todos os dados de investigação científica
- Caso dos “vistos gold” e das “subvenções vitalícias”: não há transparência, não há divulgação.
- A Administração Interna refugia-se na proteção de dados. Mas pode haver questões de segurança, de ordem pública, de interesse público, de utilização de dinheiros públicos.
- Na contratação pública, há obrigação de divulgação dos procedimentos, dos contratos e dos dados pessoais. É uma questão de interesse público, transparência, garantia da concorrência e prevenção da corrupção.

Transparência / Dados Abertos

- A FCT recomenda a disponibilização dos dados científicos, mas tal deveria ser obrigatório, pelo menos tudo o que é financiado por aquela fundação.
- Há muita gente a fazer investigação com fundos públicos, cujo trabalho não é divulgado.
- A Administração Pública deveria promover partilha/divulgação/disponibilização de dados mais interessantes para a economia e para a investigação. Evitar o “open-washing”.
- Deve procurar-se cativar mais os diversos “players” e promover maior participação na área da transparência e dos dados da administração, uma vez que as oportunidades são imensas.

Transparência / Dados Abertos

- Atenção ao tipo de dados que disponibilizamos! Necessidade de anonimização (RGPD).
- Hoje, utiliza-se o RGPD para recusar a disponibilização de uma grande quantidade de dados, sem qualquer motivo.
- Estónia: planeamento de raiz da “digital governance”. Sem silos ou “quintinhas” em cada organismo da Administração Pública.
- Em Portugal (quando há dados abertos) há multiplicação de disponibilização de dados por diferentes portais e, por vezes, os conteúdos estão diferentes de portal para portal e desatualizados.
- Na Estónia há uma área reservada para que os cidadãos tenham acesso a um histórico de todas as interações que tiveram com os organismos públicos. Os organismos não têm acesso aos dados completos dos cidadãos: apenas lançam uma “query” e recebem a resposta que procuram sobre aquele cidadão.

Transparência / Dados Abertos

- É urgente a comunicação e interoperabilidade entre bases de dados. Onde está o “portal único” da Administração? Onde está o “balcão único”? (cada organismo tem um) Onde está o “one stop shop”? Onde está o “once only”?
- Há que mudar para uma cultura em que se demonstre aos funcionários/colaboradores a importância e os benefícios dos dados, para quem eles comecem a trabalhá-los e a partilhá-los. Perante um “medo de partilha dos dados”, há que mostrar a respetiva partilha é benéfica para todos
- Deve apostar-se crescentemente nos dados em tempo real (“vivos”). E tal apenas é possível que existir interesse em trabalhá-los e partilhá-los constantemente.
- A preocupação vai deixar de ser sobre se os dados são ou não abertos, mas sim sobre se os dados são ou não importantes. Quando lhes for dado o devido valor, todos quererão, recolhê-los, partilhá-los e tratá-los.

Transparência / Dados Abertos

- Os dados abertos são importantes para as “start-ups”, mas os particulares vivem no receio de que os dados deixem de ser atualizados pelos organismos. E a partir daí, os seus negócios são destruídos. Tal segurança e confiança apenas será reforçada quando a Administração Pública passar a utilizar os dados para a sua própria gestão e governação: utilização dos dados para apoio à decisão. Se os políticos e os técnicos utilizarem os dados para tomar decisões, vão pedir mais dados e essa é a única forma de garantir que os mesmos serão constantemente atualizados e terão sempre mais qualidade.
- Próximos passos: conseguir que os operadores privados de telecomunicações partilhem dados; e promover uma gestão/governação pública baseada nos dados.

Accountability

- O que é a accountability?
- Que formas de accountability existem?
- Quais os mecanismos de accountability?
- Qual o conteúdo da relação de accountability (sobre o quê)?
- Qual a relação entre a accountability e a transparência?
- Existem défices de accountability? Em que áreas?
- Precisamos de renovar as instituições com funções de accountability? Criar novas?
- Será que a accountability não se centra excessivamente na culpa?
- Há riscos de excessos de accountability?
- O que podemos fazer para melhorar o ecossistema de accountability em Portugal?

Aspetos da *Accountability*

- Responsabilização
- Responsabilidade Ética
- Transparência
- Verdade
- Escrutínio
- Explicação
- Prestação de Contas

Contexto nacional da *Accountability*

- Há uma cultura de conformismo.
- Há uma dificuldade em definir objetivos o que prejudica depois a efetivação da *accountability*.
- Não se efetuam críticas construtivas com base em argumentos.
- Será que há uma “cultura de medo”?

Implicações do contexto da *Accountability*

- Situação do país em termos económicos e sociais.
- Ausência de participação cívica
- Falta de consequências pelas decisões tomadas

Objetivos para a *Accountability*

- Reforçar a cidadania (consciencialização dos direitos e deveres)
- Aumentar a coesão social e o desenvolvimento económico
- Otimizar o sistema de justiça como um mecanismo de responsabilização e controlo

Medidas para a *Accountability*

- Divulgação de mais informação
- Atuar no ensino básico
- Simplificação da legislação
- Formação cívica ao longo da vida, reforçando os conceitos de comunidade, a importância do associativismo e o trabalho coletivo (em equipa)
- Atividades que promovam a literacia financeira
- Promoção de mais debates temáticos

Participação Pública

- Orçamentação por programas – Conteúdo “pedagógico”/formativo
- Preparação de Livro Branco sobre a AP aberta (diagnóstico/ponto de situação, que permita também contribuir para a preservação da memória e história da sua cultura organizacional)
- Ensino – estimular a utilização de técnicas de participação
- Transformar o ensino – Por exemplo, com o modelo 4B (Brain, Buddies, Books and Boss)
- Realizar sondagens deliberativas (James Fishkin)
- Realizar mais laboratórios de co-criação

Participação Pública

- Realizar Programas “Sombra” (Estado e AP – Cidadão e vice-versa)
- AP mais jovem
- Programas de acolhimento na AP
- Programas de mentoria na AP
- Erasmus interno na AP (intra AP e inter, com privado)
- Organizações mais horizontais e com base em gestão por projetos
- Sessões participativas por projeto
- Favorecer o desenvolvimento dos lobbies de cidadania (por exemplo através de crowdfunding?)

Participação Pública

- Sistemas a definir claramente objetivos e a colocar incentivos no local certo
- Divulgar as boas histórias/boas práticas da influência e do resultado da participação (incentivar a responsividade, responsiveness)
- Dinamizar/envolver os cidadãos na utilização ativa e na explorar dos canais existentes
- Hierarquização/diferenciação entre níveis de relevância (local/nacional, estratégico/operacional...)
- Coragem e mobilização de capital político para assumir que uma parte da mudança se poderá dar apenas no longo prazo
- Naturalizar a diversidade, pluralidade e mesmo, eventualmente, o conflito (cultura política pluralista), de forma facilitar a participação

Inclusão Digital

Governance centrada no Cidadão

- Grupo do “Coração” que ouviu as experiências de cada um
- Ser Estado e ao mesmo tempo Cidadão
- Como fazer chegar ao Cidadão o que já foi feito?
- Qual o o valor de cada instituição para o cidadão?

Governance centrada no Cidadão

Problemas

- Não há recursos
- Complexidade da Informação
- Desgaste no Atendimento

Governance centrada no Cidadão

Falta de Orçamento

- AMA deve protocolar com
- Ministério da Educação
- Universidades Sénior
- Juntas de Freguesia
- ...

Governance centrada no Cidadão

Complexidade da Informação

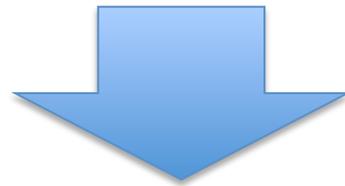
- Proliferação de sites
- Desatualização da Informação
- Jurispruguês



- Maior coordenação entre tutelas
- Resolução de problemas centrados nos eventos de vida do cidadão
- Eliminação de formalidades inúteis

Governance centrada no Cidadão

Será que as nossas
propostas vão ser ouvidas?



Comunicação nos dois
sentidos